

PRODUÇÃO ARQUITETÔNICA DURANTE A DITADURA MILITAR: A UTILIZAÇÃO DO MODERNISMO PELOS MILITARES

GEREMIAS, Tatiane Marta¹
ROMÃO, Fernando Augusto Fagundes²
BARD, Geovani Inácio³
DREIER, Mônica Cristina⁴
SIMONI, Tainã Lopes⁵

RESUMO

O problema da pesquisa partiu da indagação sobre de que maneira o governo militar utilizou o modernismo, cujo afluência no Brasil, para reproduzir, nas suas construções, a arquitetura militar estabelecida no Brasil. Objetivou-se então apresentar o período antes da ditadura militar, ou seja, o modernismo, uma vez que esse movimento teve seu início antes do regime. Com o golpe e a ascensão da ditadura militar, o cenário mudou. Os arquitetos perdem espaço, a arquitetura fica presa no modernismo brasileiro e se isola em relação ao que de arquitetura acontecia no restante do mundo.

PALAVRAS-CHAVE: Modernismo, Ditadura, Arquitetura.

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda a análise sobre a arquitetura que prevaleceu durante a ditadura no Brasil. Assim, algumas obras arquitetônicas serão abordadas para demonstrar, na prática, como os militares estabeleceram sua produção arquitetônica. Desta forma, justificou-se o presente trabalho devido a importância do período para o país bem como a relevância da produção arquitetônica da época.

A partir disso, o problema que se desenvolveu durante a pesquisa foi: De que forma o governo militar se utilizou do modernismo para reproduzir, nas suas construções, a arquitetura

¹ Aluna do oitavo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: tatimartageremias@gmail.com.

² Aluno do oitavo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: fernandofagundesromao@gmail.com.

³ Aluno do oitavo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: geovaniinaciobard@gmail.com.

⁴ Aluna do oitavo período do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: monica_dreier@hotmail.com.

⁵ Orientadora e professora do curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário FAG. E-mail: tai_lopes@hotmail.com.

estabelecida no Brasil? Para tal, a hipótese é de que a partir da utilização de características formais, a arquitetura se fechou em seu passado e ficou condenada à arquitetura moderna por hora.

Intencionando a resposta ao problema da pesquisa, foi elaborado o seguinte objetivo geral: Analisar o movimento modernista para então compreender como os militares, com o golpe de 64, influenciaram na produção arquitetônica. Para atingimento desse objetivo geral, foram formulados os seguintes objetivos específicos: a) Analisar o movimento moderno; b) Explicar a ditadura que ocorreu no Brasil; c) Compreender a produção arquitetônica durante esse período analisado.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 INÍCIO DO MODERNISMO NO BRASIL

O Brasil, em 1930, com uma nova liderança política, procurou romper com a sociedade agrária e começou a não só estimular políticas industriais, como também modernizar a administração governamental. Assim sendo, esse novo contexto estimulou ideias modernistas (BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014).

Dessa forma, o movimento modernista começou no Brasil com o trabalho do arquiteto Gregori Warchavchick. Paralelamente a isto, Lúcio Costa foi convidado pelo ministro Gustavo Capanema, que se sentia muito à vontade entre os intelectuais, para elaborar um novo projeto para o Ministério da Educação e Saúde (MEC). Origina-se então uma equipe voltada ao pensamento vanguardista, cuja tinha em Le Corbusier sua mais destacada personalidade, formada pelo Oscar Niemeyer, Jorge Moreira, Affonso Eduardo Reidy, Ernani Vasconcelos e pelo próprio Lúcio Costa. Em 1942 o projeto ficou então sendo considerado o marco zero de arquitetura moderna no Brasil (COLIN, 2000).

O MEC foi o primeiro edifício alto de vidro do mundo e pôde demonstrar que um país periférico poderia mudar, sim, o rumo da arquitetura. Vidro, pilotis, jardim suspenso, brise-soleils horizontais são alguns dos elementos que definem o edifício (BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014).

“O Ministério é um marco histórico e simbólico. Histórico porque foi nele que se aplicou, pela primeira vez em escala monumental [...] a fachada totalmente envidraçada [...] as experiências anteriores haviam sido todas em edifícios de menor porte [...] E simbólico, porque, num país ainda social e tecnologicamente subdesenvolvido, foi construído com otimismo e fé no futuro, por arquitetos moços e inexperientes, enquanto o mundo se empenhava na autoflagelação” (COSTA *apud* LAGO, 2014).

Figura 1. MEC – Ministério da Educação e Saúde.



Fonte: Disponível em <http://arquiguia.com/> Acesso 15.09.2016

Figura 2. MEC – Ministério da Educação e Saúde.



Fonte: Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/clc/galeria/detalhes/151/> Acesso 15.09.2016

Figura 3. MEC – Ministério da Educação e Saúde.



Fonte: Disponível em <http://oglobo.globo.com/rio/os-tesouros-do-palacio-gustavo-capanema-predio-do-mec-5462176>
Acesso 15.09.2016

2.1.1 Escola Carioca

O grupo que elaborou o projeto do MEC, mais os irmãos Marcelo Milton Roberto e Attílio Correia Lima são os nomes que formam a Escola Carioca. Sua característica é voltada para a assimilação e adaptação, às nossas condições, dos princípios de Le Corbusier. Várias obras importantes foram produzidas como, por exemplo, o Pavilhão do Brasil na Exposição Internacional de Nova York e o Conjunto da Pampulha, em Belo Horizonte. O clímax dessa arquitetura foi o Plano Piloto de Brasília – cidade projetada com os princípios da Carta de Atenas (COLIN, 2000). “A crítica internacional ficou perplexa diante do novo impulso e entusiasmo de um país cuja população parecia dar aos arquitetos reconhecimento e autoridade para indicar os caminhos a seguir” (BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014).

Figura 4. Pavilhão do Brasil.



Fonte: Disponível em <http://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,o-futuro-revelado-na-feira-de-ny-de-1939,10035,0.htm> Acesso 15.09.2016

2.1.2 Escola Paulista

O grupo paulista era formado por arquitetos militantes e estrangeiros e que desenvolve uma arquitetura muito própria: uso de muito concreto aparente, utilização do prisma reto como forma, abandono de superfícies curvas, entre outros. A forma simples é compensada pelo tratamento dinâmico espacial. Exemplos mais significativos desse tipo de construção são a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Rodoviária de Jaú e o Museu de Arte de São Paulo (MASP) (COLIN, 2000).

Com isso, a nova arquitetura no Brasil se caracteriza por uma profunda adaptação à terra e ao meio com uma completa identificação da época baseada sobre a liberdade espiritual e um maior intercâmbio com as artes plásticas internacionais. O MASP por exemplo, permitiu a vinda do casal Lina Bo Bardi e Pietro Maria Bardi para não só organizar o novo espaço cultural, mas também obter a aquisição de importantes obras de pintores europeus significativos (BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014).

Figura 5. MASP – Museu da Arte de São Paulo.



Fonte: Disponível em <http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/noticias/nova-equipe-de-curadores-do-masp-contara-com-profissionais-de-335371-1.aspx> Acesso 15.09.2016

2.2 GOVERNO DE JK – RUMO À MODERNIDADE COMO TRADIÇÃO

Juscelino Kubitschek quando assumiu o governo foi em circunstâncias delicadas. Sua posse foi violentamente combatida por civis ligados a União Democrática Nacional (UDN), entretanto, Juscelino consegue se manter firme até o fim de seu mandato. Seu governo encravou-se entre dois períodos: suicídio de Getúlio Vargas e a renúncia de Jânio Quadros. Contudo, Kubitschek consegue governar com estabilidade política, mesmo marcado por crises militares no começo, ascensão de movimentos camponeses, intervenção da Igreja na área político-social e pela atividade sindical e partidária (GOMES et al, 1991).

O governo JK deixou essa marca de estabilidade política justamente porque conseguiu não só “administrar” mas também superar as crises que existiam no país. As negociações aconteciam em forma de acordo com as lideranças sindicais e as crises militares eram absorvidas no âmbito da disciplina hierárquica. No entanto, Juscelino era alvo constante da oposição udenista (UDN) uma vez que ele era visto, seja para amigos ou inimigos, como um “herdeiro” de Getúlio Vargas. Foi por isso que JK insistiu numa aliança eleitoral com o PTB e João Goulart. Dessa forma, Kubitschek e Jango personificam a herança getulista que, solidamente, se reinstala no poder (GOMES et al, 1991).

O juscelinismo representava uma aliança político-conservadora porque reunia não só os interesses da burguesia comercial, como também o da oligarquia rural e da classe média tradicional. Essa união de forças significava o apoio da industrialização modernizadora, criação de empregos, manutenção da “paz e tranquilidade” no campo e o controle sobre as reivindicações sindicais. O presidente não enfatizava ordens ou proibições, mas sim o incentivo. Isso gerava um onda favorável a financiamentos externos, baixa taxa de juros, estímulos à iniciativa privada, entre outros (GOMES et al, 1991).

A política econômica do governo de Juscelino procurou estabelecer laços de harmonia com os poderes da base política, assim de certa forma dando credibilidade e confiança a base. A prioridade dada ao desenvolvimento econômico contava com uma larga base de apoio que incluía interesses empresariais, trabalhistas e militares (SARMENTO, 2015).

Foi nesse movimento de crescimento, herdada de Getúlio Vargas, que Juscelino resolve mudar a capital do Brasil, que era o Rio de Janeiro para o centro oeste brasileiro, depois de Juscelino sancionar a lei nº2.874 a fim de ser a nova capital do Brasil. Ao transladar a capital para o interior, o governo pretendia povoar aquela região por pessoas de todo país, principalmente do nordeste. E para isso precisava contatar os profissionais da mais alta categoria, onde, Juscelino tinha contato com Oscar Niemeyer e Lucio Costa da época que Juscelino era prefeito de Belo Horizonte (PACIEVITCH, 2016).

Figura 6. Palácio do Itamaraty, Brasília.



Fonte: ROSSETTI, Eduardo Pierrotti.

Figura 7. Vista aérea de Brasília.



Fonte: Disponível em <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/plano-piloto/> Acesso em 15.09.2016.

2.3 GOLPE E DITADURA MILITAR BRASILEIRA NO PERÍODO DE 64-85

João Goulart era o presidente do Brasil em 1964. Era um simpatizante do regime Castrista de Cuba e mantinha uma política independente de Washington (EUA). Ainda, Goulart, no início de 1964, nacionalizou o petróleo, a terra dos latifundiários e aprovou uma lei que limitava os benefícios que as multinacionais retiravam do país. Além disso, o Brasil era o maior exportador de suco de laranja do mundo, fato que colocava, nesse setor, a indústria norte americana – situada na Flórida – em risco. Dessa forma, o governo americano e os militares brasileiros viam em João Goulart alguém perigoso (PACIEVITCH, 2016).

Em 31 de março de 2004, os Estados Unidos tornaram públicos os documentos da política do governo estadunidense e das operações da CIA, confirmando a ajuda dos militares brasileiros a conduzir a deposição do presidente João Goulart em 1964 (PACIEVITCH, 2016).

O que serviu de estopim para o golpe foi o comício organizado por João Goulart e Leonel Brizola cujo anunciava as reformas que mudariam o país, como, por exemplo, a reforma agrária, a nacionalização de refinarias estrangeiras e um plebiscito pela convocação de uma nova constituinte (PACIEVITCH, 2016).

Sendo assim, quem assumiu o poder foi o Chefe Maior do Exército:

“[...] Foi nesse cenário que, depois de um encontro com os trabalhadores, em 1964, João Goulart (eleito à época, democraticamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro – PTB) foi

deposto e teve que fugir para o Rio Grande do Sul e, em seguida, para o Uruguai. Desta forma, o Chefe Maior do Exército, o General Humberto Castelo Branco, tornou-se presidente do Brasil” (PACIEVITCH, Thais).

As principais cidades brasileiras foram tomadas por jipes, tanques e soldados armados. Sedes de partidos políticos e sindicatos de diversas categorias que apoiavam o presidente deposto foram tomadas. Além disso, a União Nacional dos Estudantes (UNE) foi incendiada pelos militares (PACIEVITCH, 2016).

Os meios de comunicação organizaram uma campanha a fim de convencer as pessoas que João Goulart, o Jango, levaria o país a um tipo de governo comunista semelhante ao adotado por países como China e Cuba. E isto seria algo inadmissível naquele tempo, uma vez que o que se dizia bom para os Estados Unidos era bom também para o Brasil (PACIEVITCH, 2016).

Com isso, em 1965, o poder do governo se intensificou, designação de presidente e vice-presidente ficou a cargo do Congresso e as liberdades civis foram reduzidas (PACIEVITCH, 2016).

Os militares criaram um novo sistema econômico. Obras grandiosas foram realizadas nesse período, validadas pela propaganda ufanista do “Brasil Grande” e de “Ame-o ou deixe-o”. Porém, com essas obras, o país teve dívida externa, estagnação na economia e diversos impactos ambientais. As construções realizadas nesse período foram: a ponte Rio-Niterói, usinas hidrelétricas, a rodovia transamazônica, entre outras (RODRIGUES, 2014).

Figura 8. Construção da Ponte Rio-Niterói.



Fonte: Disponível em <http://arquiteturaurbanismotodos.org.br/plano-piloto/> Acesso em 15.09.2016.

2.4 ARQUITETURA E PODER – APAGAMENTO DE MEMÓRIA

Quando a arquitetura se relacionou com o poder, criou-se, na Europa e América, novas instituições estratégicas para a consolidação política, ou seja, que administrava, legislava, distribuía e controlava. Foi Jean-Nicolas-Louis Duran que propôs critérios para projetar edifícios públicos baseado num repertório limitado de formas para alcançar os objetivos políticos da convivência e da economia (MONTANER, 2014).

“[...] A arquitetura é a expressão da verdadeira alma das sociedades, da mesma maneira que a fisionomia humana é a expressão das almas dos indivíduos (...) É na forma de catedrais ou dos palácios que a Igreja e o Estado falam as multidões e lhes impõem o silêncio.” (BATAILLE, *apud* MONTANER, 2014).

A política e a arquitetura se reduzem aos políticos, ao servilismo perante ao poder reclamado pelos ricos para conformar o mundo e ao protagonismo dos habitantes nos processos cooperativos, sociais, entre outros. Ocorre uma tendência do sistema de construção das cidades de apagar a memória urbana, a fim de desestabilizar as redes comunitárias e sociais cujas poderiam se opor a determinados projetos econômicos. As históricas ditaduras é drástico e traumático o processo de apagamento de memória, já que há falta de liberdade e direitos; esse apagamento é tão visível que permanece como objeto de escárnio através dos tempos (MONTANER, 2014).

2.5 O COMPROMISSO SOCIAL DA ARQUITETURA

Foi no período entre as guerras mundiais que eclodiu o compromisso social e político da esquerda europeia. Hannes Meyer, diretor da Bauhaus e autor de textos como “O arquiteto na luta de classes” e a crítica à produção capitalista da cidade de Ludwing Hilberseimer, enfatizou o caráter político e social do arquiteto como intelectual e técnico que tinha como missão trabalhar pelos objetivos da classe operária e socialismo (MONTANER, 2014).

Ou seja, o arquiteto tinha como dever lutar contra o sistema capitalista, seguindo a teoria marxista do socialismo e desnudar o caráter classista da cidade burguesa e a relação do caos econômico com o da construção (MONTANER, 2014).

Em uma entrevista a Livia Pereira, Vilanova Artigas acreditava que o desenvolvimento do país viria juntamente com o surgimento da classe operária tal qual pensada por Marx, no entanto não foi assim que se fez (ARTIGAS *apud* XAVIER, 2002).

“[...] a definição da função social do arquiteto aqui em nosso país está por ser feita. Quando ficarmos perplexos diante das condições de decadência do Brasil, decorrência desses últimos vinte anos, percebe-se que levanta a bandeira da esperança é à direita! Nossas perspectivas - as minhas principalmente - ficam totalmente fechadas, não sabemos como vai ser o amanhã. Sempre tive certeza de que haveria uma revolução proletária e que o desenvolvimento resultaria na criação de uma indústria nacional capaz de servir ao nosso povo e de proporcionar o surgimento de uma classe operária, tal qual a pensada por Marx, que acumulando um conhecimento geral e mais a modificação da estrutura decorrente, abria-se o caminho para o socialismo, enfim, para uma sociedade mais elevada. O que se deu foi o contrário. As lideranças operárias formadas nos últimos anos não são exatamente iguais às que eu havia imaginado” (ARTIGAS, *apud* XAVIER, 2002).

Nesse período, segundo Montaner (2014), o arquiteto é, antes de tudo, político, uma vez que comprometeram-se com a classe operária, lutas de libertação, chegando até a dar a vida pela causa. Exemplo disto foi Josep Torres Clavé que morreu na frente do Ebro defendendo o governo legítimo da II República Espanhola frente ao golpe de estado nacionalista. Ou, ainda, perdendo sua terra como quando artistas são exilados.

Em um discurso aos formandos da FAU em 1964, recém enviado do exílio no Uruguai, Artigas alertava que o arquiteto não é um profissional da indústria da construção, uma extensão da máquina. Ainda relata sobre manter a consciência humanística e crítica na arquitetura (PEREIRA *apud* XAVIER, 2002).

“[...] Minha culpa foi ter criado uma ética, como professor, que está de pé ainda hoje [...] Os nossos admiradores [...] não conseguem superar o nível de problema de uma metrópole como São Paulo. É toda uma conjuntura social que nos leva a pensar que, para pôr em ordem novamente o espaço urbano, precisaríamos de uma revolução geral [...] Como solução, aparece a arquitetura de terra - como se bastasse catar a terra no chão - propondo a execução de casas para favelados, mas esquecendo de obras de infraestrutura urbana, sem as quais a

construção de terra seria o mesmo que cavar um buraco no solo e enterrar as pessoas dentro" (ARTIGAS, *apud* XAVIER, 2002).

Portanto, de acordo Montaner (2014), existia uma dualidade nas teorias e propostas dos arquitetos: de um lado o apelo a visão social, usando a tecnologia de uma maneira emancipatória a serviço da sociedade, da produção em série e do trabalho coletivo; do outro lado a ênfase na figura do arquiteto como criador e na sociedade liberal. Contudo, é a segunda posição que predomina, com o tempo, porque é a melhor que se adéqua ao funcionalismo do sistema capitalista.

2.6 RELAÇÃO COM AS CONSTRUÇÕES ARQUITETÔNICAS

O período entre os anos 1964 a 1985 foi lamentável não só para a produção cultural nacional mas também para a arquitetura brasileira já que, com o golpe militar, o Brasil se fecha em torno de seus feitos passados. A década de sessenta tinha várias revistas em circulação, entretanto, com a Nova República, essas publicações diminuíram para três: Módulo, Projeto e a AU. “Ficáramos órfãos da crítica. E condenados à arquitetura moderna da hora” (FICHER, 2014).

O debate arquitetônico, dificultado não só pelo desaparecimento das revistas nacionais de arquitetura como também pela dificuldade de obtenção de informação do exterior, abandona os aspectos formais e se concentra em temas como habitação e planejamento urbano (COLIN, 2000). “Todo um período criativo de arquitetura, com trabalhos importantes de Niemeyer, Lina Bo Bardi, Paulo Mendes da Rocha, Lelé e muitos outros, foi praticamente ignorado pela imprensa internacional especializada” (BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014).

O arquiteto que trabalhava nessa época era “empregado”, atuava em construtoras. Grandes projetos de empresas de energia, aeroportos e de serviços públicos perdem a assinatura do arquiteto (COLIN, 2000).

Para Bruno Roberto Padovano, professor da FAU e coordenador científico do Nutau-SP, “arquitetos que atuavam para o mercado tiveram grande oportunidade para realizar obras significativas. Protegidos pelos militares, buscavam adequar a arquitetura contemporânea às expectativas de mercado” (AU, ed.241).

Padovano também afirma que:

“[...] nessa arquitetura houve pouca evolução crítica dos anos 1960 para cá, com a chegada tardia e passagem efêmera da revisão pós-moderna no país e atraso no plano crítico que foi se ampliando nas décadas seguintes. Isso talvez explique a nossa defasagem em relação à arquitetura da “modernidade líquida” das sociedades avançadas, embasadas na liberdade econômica e na plena gestão democrática da vida política e social. Apesar de nossos avanços recentes, continuamos presos a uma arquitetura típica da “modernidade sólida” que se cristalizou no país naqueles anos de chumbo e que torna a entrada da arquitetura [...] sustentável muito lenta no Brasil” (PADOVANO *apud* AU, ed.241).

O Brasil se fecha perante ao resto do mundo e fica condenado ao modernismo:

“O caso brasileiro é extremo: da década de quarenta em diante, arquitetura entre nós passara a ser sinônimo de arquitetura moderna. Para ser arquitetura, tinha que ser moderna. O que está sendo construído em Recife é idêntico ao que se está construindo no Rio, que é idêntico ao que se está fazendo em São Paulo, Salvador, Belo Horizonte, Porto Alegre ou Curitiba. Por onde quer que se vá, pilotis, panos de vidro, um ocasional brise-soleil... A arquitetura moderna se difundia dogmaticamente Brasil afora até se transmutar no formalismo oficializado por Brasília” (FICHER, Sylvia).

Entre 1960 a 1980 os edifícios não foram irreverentes e alegres comparado com os dos anos 1950. A arquitetura era introvertida e era patrocinada pelos governos federal e locais. “Até mesmo Niemeyer, nos anos 1970, parecia mais sensível a fatores de engenharia do que à forma” (BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014).

Porém, como o golpe militar tinha acontecido no Brasil, existia uma relação razoável entre ideologia de esquerda e estética modernista. Com a ditadura anticomunista, a arquitetura passa a ser vista como esquerdista, uma vez que vários arquitetos eram membros do Partido Comunista, entre eles Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas (FICHER, 2014).

“Crítico o modernismo passou a ser de direita, era fazer o jogo da ditadura. Qualquer apreciação negativa significava, literalmente, dedurar Niemeyer e Artigas. Comentar que Niemeyer projetava para os militares, então, era crime de lesa-majestade. Naquele contexto,

intensificava-se o apego ao modernismo institucionalizado e era calada a crítica, calada a tal ponto que sequer vai existir” (FICHER, Sylvia).

Ainda, são poucas as obras arquitetônicas de arquitetos nesses vinte anos de repressão. Algumas delas são de Vilanova, as quais projetou passando por tempos de baixo retorno financeiro e sob olhares de monitoramento absoluto. As obras que possuía eram de clientes considerados fiéis aos seus trabalhos (PEREIRA, *apud* XAVIER, 2002).

A residência Elza Berquó é a que melhor define a manifestação arquitetônica sintetizada por Artigas em seus pensamentos provenientes da implantação da ditadura militar. O acesso à casa é pela garagem, e isto faz com que a fachada seja problematizada, uma vez que a entrada da edificação já não é mais o foco principal do projeto. O uso de diversos materiais e a adoção da arte *pop* eram a forma de “bagunçar geral”, ou seja, o arquiteto tinha total intenção de criar efeitos que relacionasse com a situação política vivida no país (CUNHA, 2009)

Figura 9. Residência Elza Berquó.



Fonte: Disponível em <https://br.pinterest.com/pin/> Acesso 15.09.2016.

Figura 10. Vista da entrada na época.



Fonte: CUNHA, 2009.

Na década de setenta, quando o ambiente começa a se desanuviar, o que se tinha no restante do mundo era outro:

“Quando começava a se articular uma reflexão mais ponderada sobre a produção arquitetônica [...], ela já está superada, o panorama internacional já era outro. Havíamos perdido o grande debate que fora o pós-modernismo, rejeitado como antimodernista. [...] O que funcionara nos Estados Unidos na direção de uma renovação, aqui foi interpretado no sentido oposto, como ameaça à corporação” (FICHER, Sylvia).

Isso fez com que o Brasil tivesse uma visão apenas modernista para tudo:

“Até hoje [...] reticências quanto ao mérito da arquitetura moderna e de seu duplo, o urbanismo funcionalista, continuam [...] malvistas, inclusive pelas gerações mais jovens. É tão arraigado o gosto modernista que qualquer coisa que fuja dele é detestável; referências ao pós modernismo são sempre derogatórias. [...] Aqui, no entanto, a resistência à sua revisão crítica está plasmada na anomia que caracteriza os espaços de nossas cidades, cujo planejamento – quando existe – ainda está atrelado aos formalismos irrealistas da Carte de Atenas” (FICHER, Sylvia).

Figura 11. Rodoviária de Jaú – Ano de 1973.



Fonte: Disponível em <http://www.archdaily.com.br/br/01-133553/classicos-da-arquitetura-rodoviaria-de-jau-slash-vilanova-artigas> Acesso 15.09.2016

A rodoviária de Jaú sintetiza duas vertentes, a dimensão urbana e a artística. Isto significa que o projeto tinha preocupações com relação à cidade, mas também preservava o lado artístico da edificação e do contexto urbano. Vilanova Artigas consegue, então, ir além da singularidade. Ele cria, através dessa edificação em forma de praça coberta, um lugar de permanência e passagem dentro da cidade (CUNHA, 2009).

Figura 12. Vista das rampas.



Fonte: CUNHA, 2009

3. METODOLOGIA

Este artigo tem como base metodológica a revisão bibliográfica e a análise de dados. Para Fonseca (2002) a pesquisa bibliográfica se dá através do levantamento de referenciais teóricos cujos já foram analisados e publicados seja em livros, *web sites*, ou artigos científicos. Ainda, o autor

afirma que qualquer trabalho científico tem como princípio a pesquisa bibliográfica e que o pesquisador tem que estar atento na análise dos documentos pesquisados para não comprometer a qualidade da pesquisa.

A análise de dados, por sua vez, é explicada por Gil (2008) como sendo a organização dos dados a fim de que estes possibilitem o fornecimento de respostas para problema de pesquisa em questão.

4. ANÁLISES E DISCUSSÕES

Com a ditadura militar houve um certo crescimento econômico e ele foi percebido através das construções, de fato. A prosperidade econômica permitia obras públicas ambiciosas que o regime utilizava como símbolo de sucesso modernizador. A ditadura militar descrevia o país como “Brasil grande”, isto é, precisava promover o desenvolvimento em dimensões mundiais. Então, as obras públicas eram uma forma de direcionar o país no caminho do progresso.

Entretanto, mesmo ocorrendo esse “*boom*” econômico, o período foi de grande censura. A falta de liberdade e expressão gerava, então, um apagamento de memória – que não desse ouvidos para o espírito comunista que tentava se instaurar no restante do mundo. Percebe-se também a consolidação política que, através da arquitetura, controlava tudo e todos.

Como o arquiteto deveria ir “contra” as ações capitalistas e tentar solucionar as questões de caráter social, eles eram vistos como esquerdistas. Logo, isto não agradava, de maneira alguma, os militares. Por conta disso, a arquitetura modernista fica estagnada. As obras não só eram resolvidas de tal forma para mostrar a grandiosidade do Brasil, mas também eram desenvolvidas por engenheiros.

O Brasil ficou condenado ao modernismo e grandes nomes, como Oscar Niemeyer e Vilanova Artigas, tiveram que deixar o país. A arquitetura brasileira se tornou pacata e introvertida.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na problemática da pesquisa indagou-se: De que forma o governo militar se utilizou do modernismo para reproduzir, nas suas construções, a arquitetura estabelecida no Brasil? No objetivo geral intencionou-se apresentar então o modernismo e a sua produção arquitetônica. Esse objetivo geral deveria ser atingido com os seguintes objetivos específicos: analisar os acontecimentos anteriores à ditadura militar a fim de apresentar exemplos de como a arquitetura era nessa época e explicar como foi o processo de produção arquitetônica na ditadura mostrando algumas obras realizadas durante esse período.

No desenvolvimento da pesquisa, inicialmente foi abordada o início do modernismo no Brasil, uma vez que, nesse movimento, o país ganha destaque internacional pelas obras de cunho modernista. Posteriormente, o governo de JK é analisado por se caracterizar como nacionalista, desenvolvimentista e de grande diálogo entre as classes sociais. Apresentou-se, em seguida, o próprio período da ditadura militar.

Após isso, foi abordado a ditadura militar voltada para a arquitetura, isto é, como a arquitetura era vista pelo militares.

Comparando as obras realizadas antes da ditadura com as feitas no período da ditadura, confirma-se então que a produção arquitetônica sofreu forte impacto uma vez que o arquiteto perde cada vez mais espaço – a arquitetura ou o pensar moderno era visto como esquerdista, ou seja, algo que deveria ser combatido pelos militares. Com isso, o que ganha destaque são as obras grandiosas realizadas durante o período, mas que não são pensadas por arquitetos, e sim, por engenheiros.

A arquitetura brasileira fica presa no modernismo que iniciou no país e se fecha ao que de arquitetura acontece no restante do mundo. Sendo assim, a arquitetura sofre muito com essas perdas e se torna uma arquitetura cada vez mais autorreferente e introvertida.

REFERÊNCIAS

AU – Arquitetura e Urbanismo, ed.241 – Abril, 2014. Disponível em <http://www.au.pini.com.br/arquitetura-urbanismo/241/artigo310635-1.aspx> Acesso em 11.11.2016

BRASIL, 1914-2014 Modernidade como Tradição - Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014. Disponível em <http://www.ims.com.br/pdf/Veneza.pdf> Acesso em 15.09.2016.

COLIN, S. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.

CUNHA, G.R. **Uma Análise da Produção de Vilanova Artigas entre os anos de 1967 a 1976**. Universidade de São Paulo. Escola de Engenharia de São Carlos. Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. São Carlos, junho de 2009.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da Pesquisa Científica. Fortaleza: UCE, 2002. Apostila.
Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf> Acesso em 16.10.16

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_metodos_de_pesquisa.pdf Acesso em 16.10.16

MONTANER, J. M. **Arquitetura e Política: ensaios para mundos alternativos**. São Paulo: Gustavo Gili, 2014.

PACIEVITCH, T. **Golpe Militar de 1964**. Infoescola – navegando e aprendendo, 2016. Disponível em: <http://www.infoescola.com/historia/golpe-militar-de-1964/> Acesso em 03.09.16

LAGO, A. C. Brasil, 1914-2014: modernidade como tradição – Pavilhão do Brasil na Bienal de Arquitetura de Veneza 2014. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.175/5380> Acesso em 03.11.16

RODRIGUES, R. Obras de Infraestrutura da ditadura militar do Brasil estão entre as maiores do século 20. Abril, 2014. Disponível em: <http://guiadoestudante.abril.com.br/aventuras-historia/obras-infraestrutura-ditadura-militar-brasil-estao-maiores-seculo-20-781081.shtml> Acesso em 18.11.2016